

Brasil, 18 de setembro de 2020

ALERTA

feminista!





Democratização bloqueada!

Vidas em risco!

Forças de ultradireita no poder sustentam, por ação ou omissão, pacto reacionário para destruir os serviços de aborto legal que atendem no SUS as mulheres e meninas vítimas de violência!

**Seu objetivo final:
criminalizar totalmente a
prática do aborto no Brasil!**

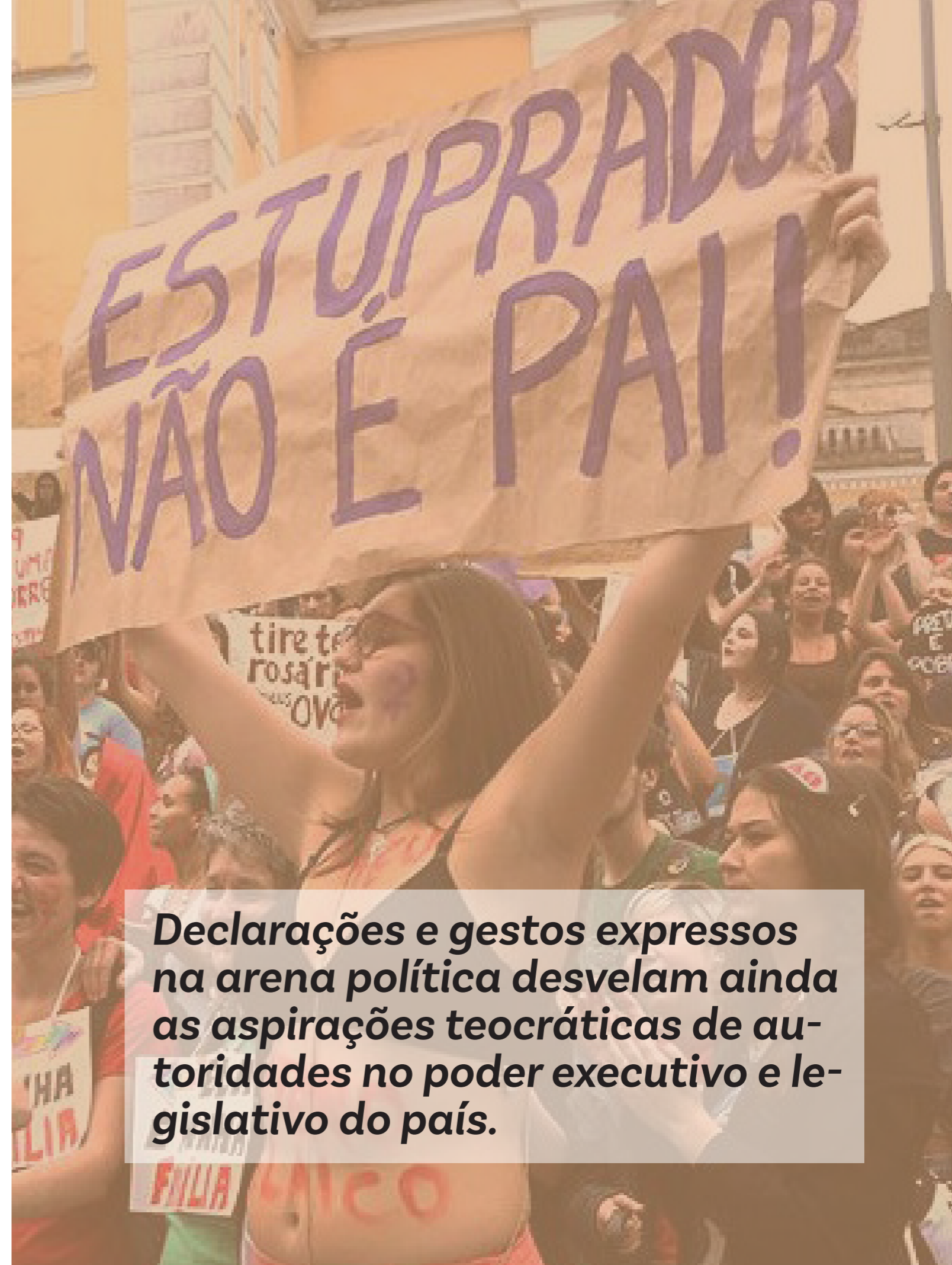
Decidir interromper uma gestação em razão de estupro é uma das possibilidades estabelecidas legalmente desde 1940 pelo Código Penal brasileiro. Os chamados serviços de aborto legal são serviços de atendimento às vítimas de violência sexual, instalados em unidades de saúde do SUS, com fim de garantir o direito ao aborto em caso de estupro.

É a única alternativa para meninas e mulheres negras, periféricas, trabalhadoras que são as usuárias do sistema de saúde pública. Elas têm ali o último recurso para interromper uma gestação, que no mais das vezes lhes violenta, e estão sendo cerceadas em seus direitos: impedidas por diferentes profissionais de saúde e autoridades, a abortar quando assim desejam e a lei permite.

Isto foi o que assistimos no caso da menina de São Mateus (ES), que foi triplamente violentada, pelo parente abusador, pela recusa do serviço de seu estado em atendê-la e pela exposição pública de sua identidade. Agora institucionalizada pela Portaria nº 2.282/2020, do Ministério da Saúde, esta [destruição da perspectiva humanitária dos serviços](#) de atenção às vítimas de violência sexual está em implementação por dentro de serviços públicos em todo o país e a situação poderá agravar-se a depender das forças eleitas em cada município nas próximas eleições.

Com essa dimensão da escalada autoritária, [este governo põe mais uma vez em prática](#) sua biopolítica, o que deve ser uma [alerta de emergência](#) para todos os movimentos do campo democrático e popular no país.

Os principais fatos da conjuntura desenham com nitidez a forma desumana, autoritária e degenerada do governo Bolsonaro. Denunciam o caráter racista, misógino e ultraneoliberal de suas políticas que deliberadamente mantém e aprofundam as desigualdades estruturais produzidas e reproduzidas pelo racismo estrutural, pelo patriarcado e pelo sistema econômico vigente.



Declarações e gestos expressos na arena política desvelam ainda as aspirações teocráticas de autoridades no poder executivo e legislativo do país.

A política de enfrentamento à Pandemia gerou um significativo **acréscimo do tempo de trabalho de cuidados** com familiares, em serviços de assistência social e de saúde e na educação escolar, e a superexploração no emprego doméstico, todos estes que recaem em especial sobre as costas das mulheres negras e populares.

Vimos a destruição da atenção à saúde das mulheres, juntamente à precarização aguda do Sistema Único de Saúde (SUS), expressos pela escassez do serviço prestado à população como um todo mas, agravado em relação a saúde da mulher e, de forma mais crítica, na atenção básica e no atendimento à saúde sexual e reprodutiva, a falta de acesso e disponibilidade de métodos de contracepção, superlotação de maternidades com precarização dos serviços de pré-natal e das diretrizes de humanização do parto.

Completando este quadro de horrores, a ministra da Mulher, da Família e dos Direitos Humanos, que foi e tem sido a ideóloga que afronta os direitos das mulheres, nomeou para a área uma mulher que declara-se [contra o direito ao aborto em caso de estupro!](#)

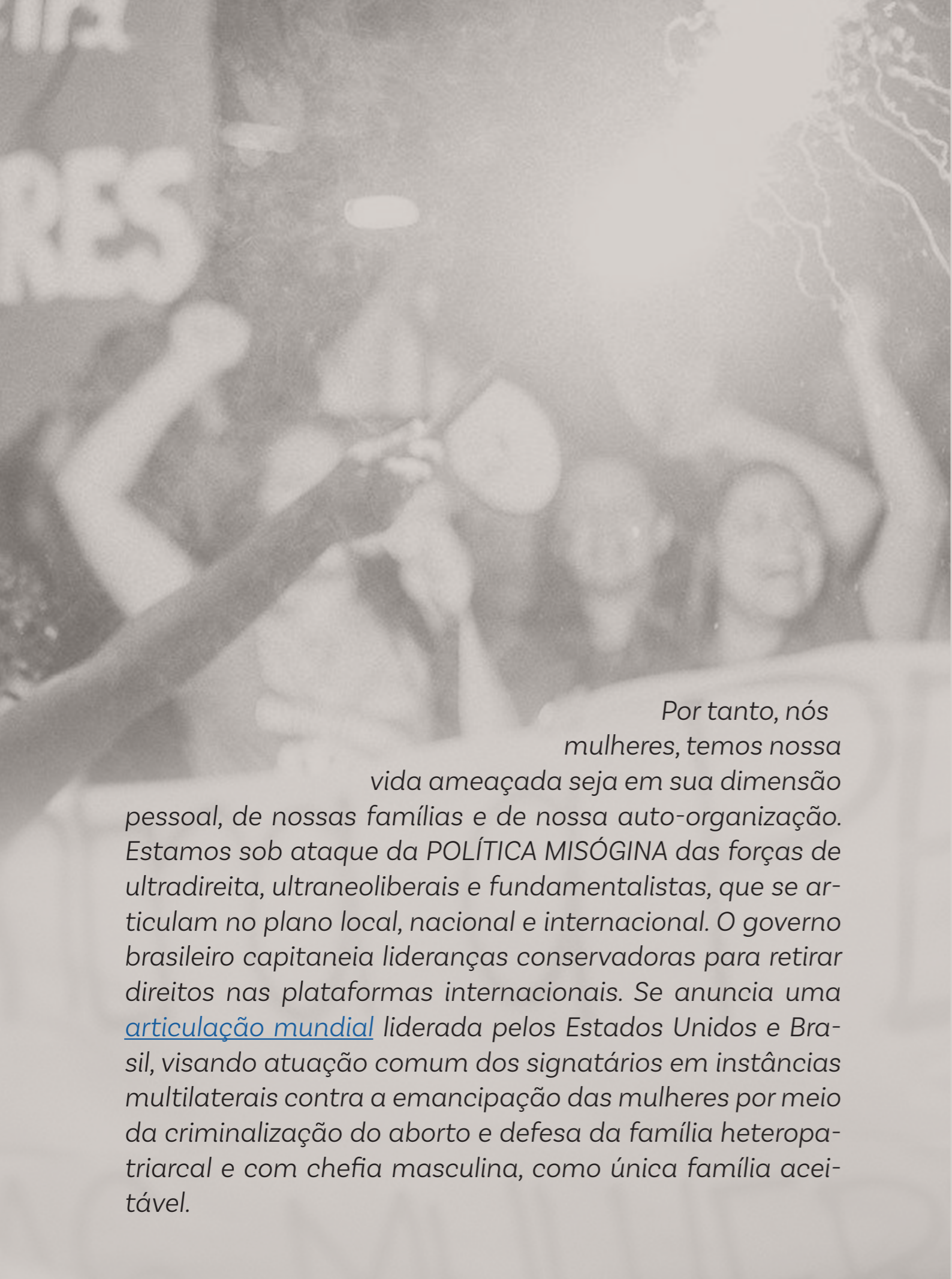
A estes elementos de contexto, vivenciado pelas mulheres de forma diferenciada e desigual, agrega-se os efeitos das políticas que, por distintos interesses corporativos, aglutinam as forças da coalizão que levam adiante um projeto baseado na concretização de uma sociabilidade da intolerância, pautada pelo ódio e morte como política, que autoriza e objetiva a aniquilação física dos povos indígenas e do povo negro pela força armada estatal e paraestatal.

“Levam adiante um projeto baseado na concretização de uma sociabilidade da intolerância, pautada pelo ódio e morte como política, que autoriza e objetiva a aniquilação física dos povos indígenas e do povo negro pela força armada estatal e paraestatal”

Baseado também na **usurpação dos recursos públicos** do Estado, instituído através do teto de gastos sociais e defesa reiterada da **política de austeridade disfarçada de discurso de responsabilidade fiscal**.

Para garantir estas políticas há muitas iniciativas de fortalecimento do aparato repressor violento do Estado via orçamento militar, liberação de armas que **favorecem uso e abuso da violência na sociedade e** favorecem, por conivência, crimes perpetrados contra povos e comunidades na luta em defesa de seus territórios do viver.

De forma deliberada esta coalizão de forças implementa a política de **aniquilamento da oposição** e forças da resistência do feminismo, da negritude, do sindicalismo, do movimento ambientalista, de quilombolas, indígenas e povos tradicionais, do movimento cultural libertário e contracultural e das esquerdas.



Por tanto, nós mulheres, temos nossa vida ameaçada seja em sua dimensão pessoal, de nossas famílias e de nossa auto-organização. Estamos sob ataque da POLÍTICA MISÓGINA das forças de ultradireita, ultraneoliberais e fundamentalistas, que se articulam no plano local, nacional e internacional. O governo brasileiro capitaneia lideranças conservadoras para retirar direitos nas plataformas internacionais. Se anuncia uma [articulação mundial](#) liderada pelos Estados Unidos e Brasil, visando atuação comum dos signatários em instâncias multilaterais contra a emancipação das mulheres por meio da criminalização do aborto e defesa da família heteropatriarcal e com chefia masculina, como única família aceitável.

A ação do governo brasileiro e seus aliados orienta-se pela ‘normalização’ da violência contra mulheres e meninas, assentada no controle da sexualidade e da reprodução, atualizando elementos históricos da ordem mundial ora através de política racista de esterilização, morte e eugenia, ora por imposição da reprodução como determinação biológica e da exaltação da maternidade como destino.

“Destacamos esta associação entre política de aniquilação e controle”

Neste setembro, quando nos somamos aos movimentos que lutam pela legalização e descriminalização do aborto em toda a América Latina, destacamos no contexto brasileiro esta associação entre política de aniquilação e controle. Dignidade da população negra e de mulheres violadas, bem como autonomia atacada. Modos de vida diversos e a pacificação do conviver descartados.

Lançamos este ALERTA sobre a presente ofensiva neoliberal fundamentalista que aprofunda o patriarcado racista, aqui instalado desde a colonização!

PODER EXECUTIVO

Assistimos à extinção de organismos, ministérios e políticas de promoção da igualdade para mulheres, da população LGBTQIA+, de enfrentamento ao racismo, e da classe trabalhadora em geral (extinção do Ministério do Trabalho, por exemplo e sucateamento da seguridade social e direitos trabalhistas).

Vimos o retorno à política do ‘primeiro damismo’, de caráter assistencialista, representado por mulheres brancas da elite política, apresentadas como **‘belas, recatadas e do lar’**. Vimos a criação de um Ministério da Mulher, da Família e dos Direitos Humanos, liderado por uma religiosa neopetecostal, e a extinção na prática da Política Nacional de Atenção Integral a Saúde de Mulher/ PNAISM.

No âmbito econômico, a dependência e a pobreza das mulheres se agrava pelos impactos das reformas trabalhistas e previdenciária, o desmonte das políticas de fortalecimento da agricultura familiar, da pesca artesanal e da economia solidária, do cancelamento da política de proteção e valorização ao trabalho doméstico, a maior categoria de mulheres trabalhadoras do país, e do cancelamento da política de valorização do salário mínimo. Crimes ambientais estimulados pelo governo destroem modos de vida e sobrevivência das mulheres do campo, das florestas e das águas. Bolsonaro vetou legislações que beneficiariam populações que necessitam apoio na pandemia.

PODER LEGISLATIVO

No poder legislativo, vimos crescer bancadas de religiosas de fundamentalistas, que desde 2007, [intensificam a ação parlamentar](#) em torno aos temas da sexualidade e vida reprodutiva das mulheres [através CPIs e PLs](#).

Desde 2018, em pacto com poder executivo, o centro das atenções está voltada para a educação sexual, através da criação e combate à chamada ‘ideologia de gênero nas escolas’, contra a qual mobilizam familiares e professorado conservador.

Nos três casos de aborto hoje autorizados legalmente (risco de vida da gestante, estupro e anencefalia) os estratagemas são múltiplos:

- >> criação de estatuto do nascituro,
- >> inscrição do direito à vida desde a concepção na constituição ou legislação infraconstitucional,
- >> equivalência da vida da mulher gestante ao feto, ou sobreposição da vida intrauterina à vida da pessoa gestante,
- >> alterações na Lei Maria da Penha, focada mais na criminalização do aborto que na proteção às vítimas de violência doméstica.

PODER JUDICIÁRIO

No poder judiciário, pleno em contradições entre setores conservadores e progressistas, as iniciativas de ADPFs são formas de comprometer o Judiciário em garantir à vida e dignidade das mulheres, possibilidades de defesa e de assegurar o direito à saúde como questão de saúde pública.

No presente destaca-se a ação das defensorias públicas e defensores/as públicos em favor da [garantia dos serviços de aborto](#) no SUS nos casos previstos em lei.

Mas, contra este poder da República, onde até os cargos públicos se tornaram objeto de troca de favores e instrumento de manutenção das forças no poder, pairam ameaças diversas:

>> ataques quando suas decisões contrariam os grupos conservadores e antidireitos e

>> anúncios de indicações da presidência da República para instalar na Suprema Corte magistrados comprometidos com as linhas de força das políticas deste governo.

NOS EXIGEM LUTAR

A AMEAÇA

À EMANCIPAÇÃO
DAS MULHERES
EXPLORADAS E
OPRIMIDAS

O DESMONTE DE

SEUS DIREITOS E
OS BLOQUEIOS À
POSSIBILIDADE DE

JUSTIÇA REPRODUTIVA

- TENDO COMO
PRINCÍPIO A

AUTODETERMINAÇÃO

REPRODUTIVA

APONTAMOS E DENUNCIAMOS O FRACASSO DA POLÍTICA DE CRIMINALIZAÇÃO DO ABORTO



A criminalização apenas empurra as mulheres para dor e sofrimento mas, não reduz a necessidade desta prática;



Sem conquistar a legalização, não enfrentaremos as condições políticas e culturais em que os setores conservadores e fundamentalistas podem sempre atuar e crescer em força na sociedade;



A magnitude do número de abortos no Brasil será melhor enfrentada com a legalização acompanhada de amplas condições para planejamento reprodutivo com base na autodeterminação das mulheres e garantia plena de políticas para justiça reprodutiva para que as mulheres acompanhem o viver de seus filhos e filhas sonhando um futuro.

“Precisamos atuar na intenção de barrar a ofensiva conservadora da ultradireita fundamentalista”

Precisamos atuar - neste 28 de setembro até o final das eleições 2020 - na intenção de barrar a ofensiva conservadora da ultradireita fundamentalista que tentará, por meio lícitos e ilícitos, fincar e consolidar suas raízes nos municípios brasileiros de onde pretende crescer de forma renovada para hegemonizar seu poder nefasto em todo o país.



Chamamos todos os setores progressistas do variado espectro ideológico brasileiro e, em especial, chamamos os movimentos populares, negros, indígena, organizações profissionais e sindicais e parlamentares federais, estaduais e municipais.

Chamamos para que se manifestem junto conosco, neste 28 de setembro e ao longo do processo eleitoral que enfrentaremos este ano, na firme defesa da luta pela descriminalização e legalização do aborto!

**ABORTO
NÃO É CRIME**

POR ISSO, ESTE ALERTA EM TORNO DA DEFESA DAS MULHERES E MENINAS DE SEUS DIREITOS E AUTONOMIAS. CONTRA AS PROPOSTAS QUE FEREM OS DIREITOS HUMANOS DAS MULHERES

- Pelo afastamento imediato de seus cargos as autoridades comprometidas com a orientação religiosa fundamentalista e violação do princípio democrático da laicidade do Estado;
- Revogação da portaria 2282 e restituição da Norma Técnica - Atenção Humanizada ao Abortamento, com garantia do cuidado humanizado e autonomia da mulher; garantindo o sigilo entre o/a profissional de saúde e usuárias do SUS, que devem ser tomadas como sujeito de direitos;
- Defesa e manutenção dos serviços de aborto legal e da rede de atenção e acolhimento às mulheres vítimas de violência hoje desmantelada;
- Revogação da EC 95 que estabelece o Teto de Gastos;
- Taxação de Grandes Fortunas.



ASSINAM ESTE ALERTA:

Frente Nacional contra a Criminalização das Mulheres e pela Legalização do Aborto

Frente Catarinense de Luta pela Descriminalização e Legalização do Aborto

Frente Contra a Criminalização das Mulheres e Pela Legalização do Aborto no Ceará

Frente Feminista de Londrina

Frente Mineira Contra a Criminalização das Mulheres e Pela Legalização do Aborto

Frente Paraibana Pela Legalização do Aborto

Frente Paulista Contra a Criminalização das Mulheres e Pela Legalização do Aborto

Frente Pela Legalização do Aborto da Baixada Santista

Frente Pela Legalização do Aborto Espírito Santo

Frente Pela Legalização do Aborto Rio Grande do Sul

Frente Pernambuco Pela Legalização e Descriminalização do Aborto

Frente Potiguar pela Legalização do Aborto

A Outra Clínica

Abayomi Coletiva de Mulheres Negras na Paraíba

Alicerce Mulheres

Articulação de Mulheres Brasileiras

Associação Casa da Mulher Catarinense

Associação De Educação, Arte, Cultura e Agroecologia Sitio Ágatha

Associação de Mulheres Unidas da Serra

Associação Portal Catarinas

Bamidelê Organização de Mulheres Negras na Paraíba

Bloca Arretada

CaoZ

Casa da Mulher do Nordeste

Católicas pelo Direito de Decidir – Brasil

Centro 8 de Março

Cfemea Centro Feminista de Estudos e Assessoria

Chega! Observatório Unisanta de Violência Contra a Mulher

Ciranda Materna Baixada Santista - Grupo de apoio à maternidade

Circulo de leituras feministas / UFPA

Coletiva

Coletivas

Coletiva das Vadias em Recife

Coletiva Margaridas de Silêncio

Coletiva MULEsta

Coletiva Revolução Materna

Coletiva Traça (Recife)

Coletivo A Mandinga (Recife)

Coletivo Anarco Feminista Insubmissas

Coletivo Anaydes

Coletivo Autônomo Feminista Leila Diniz

Coletivo de Mulheres Casa Lilás

Coletivo de Mulheres de Ananindeua

Coletivo de Mulheres de Jaboaão

Coletivo de Mulheres na Universidade e Saúde - UFRGS

Coletivo Feminino Plural

Coletivo Feminista Classista Ana Montenegro Nacional

Coletivo Feminista Classista Maria Vai Com as Outras

Coletivo Feminista de Guarapari Mulheres que Lutam

Coletivo Feminista Deixa Ela em Paz

Coletivo Feminista Helen Keller de Mulheres com Deficiência

Coletivo Feminista Marielle Vive

Coletivo Juntas - Belém

Coletivo LIVRES/CEDS

Coletivo Margarida Alves de Assessoria Popular

Coletivo Maria, Vem Com As Outras

Coletivo Motim Feminista

Coletivo Ocupação Feminista - São Leopoldo

Coletivo Pachamama

Coletivo Resistência Feminista -Pará

Coletivo Virgíncias

Coletivo Vozes Marias

Coluna Vermelha

Comitê Latino-Americano e do Caribe para a Defesa dos Direitos da Mulher

Cordão de Bruta Flor

Criola

Cunhã Coletivo Feminista

Ecosol Mulher

Espaço Mulher Passarinho

Esquerda Feminista de Praia Grande

Evangélicas pela Igualdade de Gênero

Feminicidade

Força Feminina Colorada

Grupo Curumim Gestação e Parto

Grupo de mulheres feministas ZO'E

Grupo de Mulheres Brasileiras - GMB

Grupo de Mulheres Lésbicas e Bissexuais Maria Quitéria

Grupo Epistemologias, Narrativas e Políticas Afetivas Feministas

Grupo Marias (CRDH/UFPB)

Grupo Mulheres N'Ativa da Comunidade Frei Damião

Hora do Sabbat espaço de expressão e visibilidade da mulher arteira e fazedora

Instituto Patricia Galvão

Instituto Patrícia Galvão - Mídia e Direitos

Intervozes

Jornada Lésbica Feminista Antirracista

Liga de Mulheres /AP

Marcha da Negritude Unificada da Paraíba

Marcha Mundial das Mulheres

Movimento Coralinas

Movimento de Mulheres de Cabo Frio

Movimento de Mulheres Feminista Marias

Movimento de Mulheres Negras na Paraíba

Movimento de Mulheres Olga Benário

Mulheres Contra o Fascismo /PA

Mulheres do MTST - Movimento dos Trabalhadores Sem Teto

Mulheres no Audiovisual Pernambuco

Mulheres Resistência e Luta /PA

Observatório da Mulher

Ong Hella

Outras Amélias Mulheres de Resistência e Luta

Partejar Santista Grupo de Apoio ao Parto Humanizado

Promotoras Legais Populares de Santos, São Vicente, Peruíbe, e Praia Grande

QG Feminista Nacional

Rede Brasileira de Mulheres LGBTQ+

Rede de Mulheres Negras de Pernambuco

Rede Feminista Curviana

Rede Feminista de Saúde Direitos Sexuais e Direitos Reprodutivos

Rede Nacional de Feministas AntiProibicionistas

Resistência Feminista

Sarau das Minas

Secretaria Nacional da Mulher Trabalhadora da CUT

Setor de Mulheres da Consulta Popular

SOF Sempreviva Organização Feminista

SOS Corpo Instituto Feminista pela Democracia

UMA - União das Mulheres do Audiovisual da Paraíba

União Brasileira de Mulheres

União de Mulheres de São Paulo

Associação Brasileira de Saúde Coletiva

Associação Brasileira de Agroecologia

Associação Brasileira de ONGs

Associação Brasileira Interdisciplinar de AIDS - ABIA

Associação Cultural José Martí da Baixada Santista

Associação Franco Rotelli

Centro Brasileiro de Estudos de Saúde

Centro de defesa dos Negros do Pará - CEDENPA
Cepia Cidadania, Estudo, Pesquisa, Informação e Ação
Coalisão Negra por Direitos
Conselho Federal de Serviço Social
Conselho Federal de Psicologia
Círculo Palmarino ES
Fora da Asa Experiências Plurais
Fórum da Cidadania
Gestos Soropositividade, Comunicação e Gênero
Gritam-SAJU/UFRGS
Grupo de Estudos e Pesquisas Eneida de Moraes GEPEM
Grupo de Estudos em Direitos das Mulheres
Grupo Mídias Alternativas na Amazônia/UFPa.
Grupo de Pesquisa Laboratório de Estudos e Pesquisas Feministas em Saúde Mental, Cultura e Psicanálise
LabEFem (CFCH-Ufac)
Instituto Brasileiro de Análises Sociais e Econômicas
Instituto nangetu de Tradição Afro e Desenvolvimento Social
Laboratório de Estudos de Gênero e História (LEGH/UFSC)
Laboratório Interdisciplinar de Ciências Humanas, Sociais e Saúde (LICHSS/Unifesp)
Movimento Sem Terra
Mujeres de la CUT Chile
Mujeres de la CGT Argentina
Mujeres de la Comisiones Obreras de Espanha
Núcleo de Estudos e Pesquisas em violência - NEIVA
Núcleo de Estudos Interdisciplinares sobre a Mulher - NEIM/UFBA
Observatório de Sexualidade e Política - SPW
ONG Escola de Rock Pará
Projeto Saúde, Cidadania e Direitos Humanos. UFPA
Rede de Comunicadores e Comunicadoras por Direitos Humanos no Pará
Rede Médica pelo Direito de Decidir
Redeh Rede de Desenvolvimento Humano
Relatoria Nacional do Direito a Saúde Sexual Reprodutiva da Plataforma Dhesca Brasil

**RECEBEREMOS ADESÕES AO ALERTA FEMINISTA
ATÉ 26 DE SETEMBRO**

ASSINE AGORA: [HTTP://BIT.LY/ASSINEOALERTA](http://bit.ly/assineoalerta)

LIBERDADE
PRA DENTRO
DO MEU
ÚTERO!